

O Ensino da Epidemiologia

Neste começo de milênio, são evidentes as profundas mudanças políticas e sociais que vêm ocorrendo em todo o mundo, com repercussões significativas sobre o campo da saúde. Mudanças do perfil e distribuição das doenças e a intensificação das desigualdades sociais, por exemplo, vêm impondo desafios, com vistas a uma mais adequada conceitualização do processo saúde-doença, de definição de boas práticas de prevenção e controle, de diagnóstico e tratamento das doenças e de promoção da saúde. Nesse novo cenário destacam-se também os avanços da ciência que têm potencializado a inovação tecnológica e em especial a tecnologia da informação e da comunicação. Esses avanços transformaram de modo radical os modos convencionais de produção, acesso e disseminação do conhecimento. Na sociedade contemporânea, a cultura e o conhecimento ocupam lugar de destaque, contribuindo para a construção de identidades políticas, sociais e comportamentais.

Neste sentido, a construção de uma sociedade mais saudável e mais justa não pode ignorar o papel estratégico da educação. O ensino da Epidemiologia tem se defrontado com novos desafios, como o de produzir conhecimento em ritmo compatível com a transformação da sociedade, com o uso de recursos pedagógicos da era tecnológica, adequado às necessidades de um público em constante transformação cultural e comportamental e a uma sociedade que cobra eficiência, ética e transparência das suas instituições.

No Brasil, o último quinquênio trouxe ao campo da atenção à saúde, a consolidação do SUS, por meio da descentralização administrativa e financeira que fortaleceu a municipalização das ações, da gestão e do controle dos recursos públicos direcionados a este setor. De mais interesse para a formação em Epidemiologia, ressalta-se o aprimoramento e a ampliação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), que permitiu uma maior participação dos sistemas locais de saúde, notadamente com a Programação Pactuada Integrada (PPI), o Programa de Agentes Comunitários (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF). A reestruturação e consolidação da Vigilância Sanitária no país, com a incorporação da vigilância ambiental, também causaram um aumento da demanda por qualificação dos serviços e dos recursos humanos para lidar com o risco sanitário, demandando, dentre outros saberes, a introdução da Epidemiologia na formação básica dos profissionais. Todos esses direcionamentos levaram a um aumento da demanda por formação em Epidemiologia, com um novo olhar adequado às necessidades dos serviços de saúde.

De um outro ponto de partida, a expansão do ensino superior e de pós-graduação no país, e também da pesquisa epidemiológica, causou um incremento na demanda por epidemiologistas qualificados. No entanto, a precariedade dos vínculos de emprego, como a ausência de carreira específica nas instituições públicas e a instabilidade dos contratos de trabalho, tem afetado egressos dos cursos de formação e contribuído, ocasionalmente, para a pouca motivação de alunos e professores envolvidos com essa tarefa.

Na discussão da formação de epidemiologistas, não se pode ignorar o contexto da reforma do ensino superior ora em curso, e das modificações em implementação pela CAPES/MEC com respeito à formação pós-graduada, a exemplo das redefinições que envolvem mestrados acadêmicos e profissionalizantes, e os cursos de especialização lato sensu. Essas novas proposições certamente irão causar impacto na construção e definição de um novo perfil de profissionais da saúde, e também dos epidemiologistas.

No campo da formação *stricto sensu*, ressalta-se o impacto positivo do sistema de avaliação da CAPES/MEC na qualidade dos cursos de pós-graduação, embora seja consenso que esse processo esteja a exigir redirecionamentos. Um exemplo é a pequena valorização da atividade docente e da produção acadêmica de propósito didático, nos indicadores de avaliação. Outro aspecto negligenciado é a qualidade da metodologia de ensino, comumente precária e conservadora, mas cuja avaliação ainda não é focalizada no atual sistema. E, em especial, o tipo de produção científica e os veículos de difusão que são mais valorizados no processo avaliativo. A avaliação dos mestrados profissionalizantes está por merecer indicadores mais condizentes com a especificidade dos seus objetivos de formação.

É nesse contexto que se colocam os desafios para a formação em Epidemiologia no país nos próximos anos.

1. Formação em Epidemiologia para os serviços de saúde

1.1 Problemas identificados

1.1.1 **Crescente demanda** por pessoal qualificado nos serviços como o PSF para o manejo, análise e interpretação de dados epidemiológicos, **nas diversas regiões do país**, em especial aquelas com menor concentração de recursos humanos qualificados;

1.1.2 Dificuldade em ampliar a produção de conhecimento epidemiológico ade-

quando para uso por gestores municipais em nível individual e coletivo, o que requer o aprimoramento e aproximação dos materiais de instrução, seus conteúdos e abordagens, para as exigências impostas pela prática dos serviços de saúde;

- 1.1.3 Incipiente incorporação do conhecimento epidemiológico na formulação de políticas, particularmente **na definição de prioridades**, em especial as locais/municipais, e a conseqüente falta de coerência e consistência entre a implementação de ações de saúde e as necessidades e demandas da população;
- 1.1.4 **Pouco uso das bases de dados e sistemas de informação** disponíveis para análises de dados em nível regional ou municipal, e falta de formação dos profissionais de saúde para analisar esses dados de modo apropriado para as perguntas definidas pelos gestores;
- 1.1.5 **Precária infra-estrutura de equipamentos e recursos de informática** nas unidades de saúde, em especial dos municípios e regiões mais pobres do país;
- 1.1.6 Pouco estímulo e motivação dos profissionais dos serviços para um compromisso mais efetivo com a formação, resultante da instabilidade da inserção profissional, notadamente no nível municipal, o que expressa a falta de definição de **carreira e plano de cargos e salários**, que devem ser equivalentes e compatíveis com a continuação da qualificação e da complexidade das tarefas envolvidas;
- 1.1.7 A rapidez com que o conhecimento vem sendo produzido e se transformando em novas tecnologias impõe uma redefinição do **modelo pedagógico** implícito na formação de recursos humanos em Epidemiologia para os serviços. Este tem se pautado por uma perspectiva de terminalidade, expressa em diplomação ou titulação, seguida de cursos curtos, fragmentados, e pouco articulados com as necessidades concretas da população, o que pode resultar em baixo impacto e desperdício de recursos.

1.2 Ações propostas

- 1.2.1 Apoiar a formulação, discussão e difusão de **novos modelos pedagógicos e de formação** em Epidemiologia para os serviços de saúde, que enfatizem

uma postura reflexiva, crítica, pró-ativa e criativa dos profissionais de saúde, voltada para os problemas reais da saúde coletiva no país, em uma perspectiva de educação permanente e continuada;

- 1.2.2 Apoiar a **ampliação da oferta de oportunidades de formação** coerentes com modelos pedagógicos e de formação definidos, que se sustentem em plano de carreira que aponte para um lugar definido do epidemiologista em todos os níveis da organização dos serviços de saúde;
- 1.2.3 Contribuir para que os novos modelos de formação se baseiem em uma estrutura **modular, hierarquizada e contínua**, que se sustente no mútuo reconhecimento de créditos, preservando-se as especificidades de conteúdo e complexidade, bem como a pertinência aos conteúdos curriculares mínimos exigidos em cada nível;
- 1.2.4 Estimular o **desenvolvimento de indicadores de avaliação e desempenho**, de alunos e programas de formação, coerentes com as especificidades do epidemiologista que atua em serviços de saúde;
- 1.2.5 Incentivar o uso e a avaliação de métodos de **ensino à distância**, que tem se mostrado uma ferramenta eficiente para a ampliação da oferta de oportunidades de formação, a custos aceitáveis, e com grande potencial para reduzir desigualdades regionais na distribuição de recursos humanos qualificados. Com a ampliação do uso dessa abordagem, poder-se-á alcançar profissionais em regiões de difícil acesso, permitindo assim os insumos necessários para a ampliação da cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de saúde;
- 1.2.6 Apoiar a implantação da **rede interinstitucional de formação em Epidemiologia para os serviços de saúde**, centrada na vigilância em saúde, ora em implantação pela Secretaria de Vigilância em Saúde/MS;
- 1.2.7 Colaborar com o **desenvolvimento de tecnologias e recursos instrucionais**, como a produção de material didático, a exemplo de livros texto e em hipertexto, web-books, vídeos, animações, slides, dentre outras possibilidades, que empreguem linguagem e conteúdos que contemplem diferenças regionais, consistentes com os modelos pedagógicos e de formação definidos;
- 1.2.8 Considerando que a incorporação do conhecimento epidemiológico na ges-

tão da saúde requer **uma sensibilização e a capacitação de gestores**, propõe-se o **apoio à criação de meios de divulgação da Epidemiologia para esses profissionais**. Nos cursos de capacitação deverá ser enfatizado o uso da Epidemiologia como ferramenta de gestão, o exercício da problematização de aspectos relevantes da saúde em suas regiões, e em especial do compartilhamento de experiências bem sucedidas do uso da Epidemiologia na gestão de serviços;

- 1.2.9 Incentivar a incorporação de habilidades de **comunicação**, e em especial a comunicação de riscos, como também a discussão de **aspectos éticos** envolvidos na prática da Epidemiologia na saúde pública e nos currículos dos programas de formação. Esta formação deverá contemplar a diversidade das exigências das diferentes audiências, como organizações e movimentos sociais, usuários, e demais atores sociais. Considera-se também relevante a inclusão de outros conteúdos como questões epidemiológicas de populações para as quais são ainda incipientes os estudos e a atuação do Estado, a exemplo das populações indígenas.

2. Formação em Epidemiologia para a pesquisa e o ensino

2.1 Problemas identificados

- 2.1.1 **Imperfeições do sistema de avaliação** da CAPES/MEC que precisam ser superadas, como a pouca valorização da atividade docente, da produção acadêmica de propósito didático, de livros e relatórios técnicos, ou de outros produtos de grande importância social e para os serviços de saúde. Avaliar algumas das exigências para a titulação de mestre e doutor, a exemplo das bancas públicas, que vêm sendo alvo de questionamentos quanto à sua eficiência, no que respeita a garantia da qualidade da formação.
- 2.1.2 **Inadequação de métodos pedagógicos e de recursos instrucionais** que não atendem ao perfil do novo aluno nem da tecnologia de informação e comunicação disponíveis;
- 2.1.3 Insuficiente **articulação entre os programas de pós-graduação do país**, que não promove a troca de experiências entre docentes e alunos de diferentes cursos;
- 2.1.4 Insuficiente discussão das **demandas por cooperação estrangeira** advindas

de instituições de ensino de países africanos de língua portuguesa e da América Latina e Caribe;

- 2.1.5 **Desigualdades geográficas** na oferta de oportunidades de formação no país;
- 2.1.6 Falta de uma política definida de software, que priorize o desenvolvimento, aprimoramento e uso de **software livre** no ensino da Epidemiologia, em todos os níveis de formação;
- 2.1.7 Risco de **dissociação entre a formação em Epidemiologia e a saúde pública**, especialmente com os problemas decorrentes da maior complexidade do conhecimento, que exige extensão dos conteúdos curriculares, em tensão com a rigidez na duração dos programas de acordo com o formato recomendado pela CAPES;
- 2.1.8 **Insuficiente discussão sobre o ensino da Epidemiologia na graduação**, identificação dos seus problemas, desafios, e perspectivas para que venha a se constituir em importante instrumento de aprimoramento da formação dos profissionais de saúde.

2.2 Ações propostas

- 2.2.1 Realizar fóruns de discussão e ou incorporar à pauta dos Coordenadores de Pós-Graduação o **aprimoramento da avaliação** dos programas de pós-graduação em saúde pública e de Epidemiologia pela CAPES/MEC, que contemple as exigências para titulação e modos alternativos utilizados por alguns programas, como a pré-banca e prova de conhecimentos ao final do curso;
- 2.2.2 Incentivar a criação de um **programa de apoio e bolsas de estudo** para intercâmbio de alunos e professores entre os diversos programas de pós-graduação no país;
- 2.2.3 Reiterar junto a CAPES/MEC o incentivo e uma maior **diversidade de apoio a programas de pós-graduação interinstitucionais**;
- 2.2.4 Buscar a garantia da boa qualidade da formação em Epidemiologia levando em consideração a **relação da Epidemiologia com a saúde coletiva**;

- 2.2.5 Apoiar a incorporação, nos currículos dos programas de pós-graduação, de **questões éticas** envolvidas na prática, seja nos serviços ou na pesquisa, que propicie uma maior reflexão sobre a regulamentação adotada no Brasil, e também sobre a atuação do pesquisador em sua relação com a sociedade;
- 2.2.6 Apoiar a realização de **programas multilaterais de cooperação internacional** com países vizinhos ou africanos, que garantam uma perspectiva bilateral e institucionalmente equilibrada.